

A Terra Prometida em uma bandeja colonial

*Andrew Patrick Traumann**

SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel*. São Paulo: Benvirá, 2014.

Shlomo Sand, professor de História Contemporânea da Universidade de Tel Aviv, já havia causado polêmica com o seu livro *A invenção do povo judeu*, traduzido para mais de 20 idiomas, em que desconstruiu o mito dos judeus como um povo monolítico, eternamente errante e obcecado pelo retorno a Sião. O argumento central, recuperado nesta nova obra *A invenção da terra de Israel*, é que a base para a criação de Israel é a expulsão dos judeus da Europa no final do século XIX e as restrições à imigração estabelecidas pelos Estados Unidos no início do século XX. Somente a descoberta da real dimensão dos horrores do Holocausto tornaria a criação de um Estado judeu algo inatacável.

Para Sand, a expressão “povo judeu” é tão desprovida de sentido quanto se referir a um povo budista ou baha’i. Ao contrário do que irá ocorrer a partir do medievo, o judaísmo foi uma religião fervorosamente proselitista e este foi um dos principais pontos de atrito com a cultura greco-romana, levando o imperador Adriano a proibir a circuncisão em todo o império, inclusive aos judeus. Seu sucessor, Antonio Pio, revo-

cou a proibição da circuncisão aos judeus, mas passou a punir a conversão ao judaísmo com a morte. Este período proselitista que vai de II a VIII d. C. explica o enorme número de judeus na Europa e posteriormente de cristãos novos em relação com o pequeno povo sob ocupação romana na Judeia dois mil anos antes.

Engenhosamente, o autor ataca a ideia do direito superior de um povo exilado em 73 d.C., em detrimento daqueles que lá viviam há mais de um milênio. Provocativamente, questiona por que também não seria possível um “direito de retorno” dos árabes à Península Ibérica ou dos nativos norte-americanos a Manhattan. O mito do Retorno e da criação de Israel é apenas mais um dos mitos típicos do colonialismo que eram usados para justificar empreendimentos exploratórios no final do século XIX. Afinal, os recém-chegados da Europa Oriental não migravam para a Palestina com o mesmo propósito dos judeus que chegavam como imigrantes a Nova York ou Londres, ou seja, viver em simbiose com os habitantes mais antigos, mas sim tomar a terra como sua, como se algo perdido há muito tempo estivesse sendo restituído a seus legítimos donos, mesmo que pouquíssimo em comum houvesse entre os zelotes que resistiram aos romanos no templo e aquelas

Resenha - DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029017>

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Curitiba, PR, Brasil. E-mail: andrewtraumann@hotmail.com.

famílias polonesas desembarcando na Palestina em 1920.

Theodor Herzl, que com a publicação de *Die Judenstadt* sistematizou o sionismo, não ignorava a existência dos árabes, mas num exercício mental típico do colonialismo europeu, acreditava que os árabes, mesmo que contrariados no início, acabariam por reconhecer os benefícios materiais do velho binômio imperialista “o progresso e a civilização”. No seu projeto de Estado, Herzl reconhecia que os nativos poderiam ter direitos civis, mas não direitos nacionais. Já Ze’ev Jabotinsky, fundador do sionismo revisionista, que dizia olhar os árabes com “polida indiferença”, reconhecia, assim como Davi Ben Gurion, o apego dos palestinos que lá viviam há 1.400 anos a aquela terra e afirmava que o estabelecimento de Israel teria que vir acompanhado da criação de uma Muralha de Ferro militar, política e econômica que eliminaria qualquer resquício de esperança em resistir ao colonizador e os faria negociar em bons termos com Israel. Entre o idealismo ingênuo de Herzl e a *Realpolitik* de Jabotinsky, um ponto em comum: a inquestionável “superioridade moral” da ideologia sionista. Para Jabotinsky, se o judeu não tivesse absoluta convicção de que o sionismo era “justo” e “correto”, então o melhor seria abandonar a ideia da criação de Israel.

Logo na introdução de seu livro, o autor se coloca a favor da criação de um Estado de Israel inclusivo a todos os seus cidadãos, sem negar os antigos laços da comunidade judaica com aquela terra. De modo inclusivo, Sand compreende a criação de um estado binacional laico e democrático. O

ponto-chave da obra é justamente a crítica ao discurso etnocêntrico da excepcionalidade do povo judeu frente aos demais povos que ocuparam aquela região, como caldeus, persas, helênicos, romanos, árabes, turcos e ingleses. Apesar da meticulosa desconstrução do sionismo como um empreendimento colonial racista e explorador, Sand de forma alguma prega que os ponteiros do relógio da História voltem atrás. Hoje Israel é o lar de milhões de pessoas que vivem suas vidas, trabalham, estudam, criam seus filhos, e qualquer delírio de remoção dessas pessoas só geraria uma nova catástrofe humanitária. O autor assim procura se defender de qualquer ataque de que este se colocaria contra o povo de Israel. Trata-se sim de um autor antissionista, não anti-israelense.

A conexão judaica com a região jamais antes havia se traduzido como imigração em massa para a Palestina com a ideia da criação de um lar nacional, uma vez que a ideia de que cada nação teria direito a um Estado correspondente só toma forma na Europa do século XVIII, portanto, qualquer tentativa de demonstrar nacionalismo judaico na Bíblia como algo semelhante ao que compreendemos como nacionalismo hoje é um anacronismo. Tal anacronismo tem sido conscientemente construído pelo nacionalismo israelense, que tem publicado dezenas de obras sobre a terra de Israel (expressão geográfica entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão) que narram sua história sob a ocupação de vários povos usurpadores, como os romanos, árabes etc. O termo Palestina, comum entre os primeiros sionistas, foi apagado das traduções para o hebraico e subs-

tituído por *Eretz Israel* ou a Grande Israel. Segundo Sand, o fato de nunca ter havido correspondência entre o território atual de Israel e a Grande Israel explica muito sobre a ausência de consciência de fronteiras, típica da maioria da sociedade israelense.

O autor demonstra de forma exaustiva como o sionismo foi visto como sacrílego pelo judaísmo rabínico, apropriando-se de símbolos e mitos religiosos judaicos ao mesmo tempo que “trocou a Torá pela Terra e Deus pelo Estado”. Com a gradual ascensão da direita e sua aproximação com colonos que veem a ocupação de *Eretz Israel* como uma missão sagrada, atualmente esse tipo de posicionamento se constitui como uma de suas bases eleitorais. Se para o judaísmo a conexão com a Terra Santa não necessariamente se traduzia numa reivindicação de posse da mesma, para o sionismo o exílio se transformou num empreendimento colonial de conquista geográfica e física, sem fronteiras definidas. Em termos conceituais, segundo Sand, o termo “Pátria”, que aparece dezenove vezes na Torá, sempre surge no contexto de origem de uma pessoa ou família, nunca no sentido cultural da *polis* grega em qualquer acepção moderna. Os sionistas esmagadoramente laicos utilizaram, porém, a Bíblia como uma escritura de propriedade da Palestina e transformaram a narrativa da Torá, de uma coletânea de histórias inspiradoras de fé e elevação moral, para uma saga da conquista de uma Pátria por um povo e seu Deus (cuja existência já era abertamente questionada pelos filósofos europeus no século XIX), que seria o mero narrador desse épico. Ironicamente, Sand pergunta: “Como

usar a expressão Terra Prometida, se a Força que havia feito a promessa já tinha, para muitos, falecido?”

Outra problemática reveladora apontada por Sand é que nenhum dos grandes profetas do povo hebreu nasceu em Canaã. Na Torá, Deus os manda constantemente para a terra que indicou, desconsiderando os nativos locais. Impossível não fazer uma relação com a atualidade. Ainda mais perturbador é observar a absoluta impiedade dos hebreus em relação aos nativos da terra a qual Deus lhes havia prometido. Em Deuteronômio e principalmente no livro de Josué, Deus ordena a destruição de “tudo na cidade com a espada, todo homem e toda mulher, tanto jovem quanto velho, e todo boi, ovelha e jumento (Josué 6:21). O Livro de Josué é ensinado nas escolas israelenses como a verdade factual da História de Israel sem filtros racionalistas ou interpretativos. É de se pensar que, se houvesse por parte dos meios de comunicação a disposição de se procurar “versículos da espada” na Torá como se faz com o Alcorão, se o judaísmo também não sofreria com o estigma de religião violenta e militarista.

Uma das principais fontes hebraicas não bíblicas, Flávio Josefo, também foi instrumentalizada pelo sionismo. Sua narrativa do levante contra os romanos e da queda de Massada com seu épico suicídio coletivo se transformou hoje num espetáculo de som e luzes que iluminam a velha fortaleza, reafirmando a lenda nacionalista. Na verdade, a luta (cujo desfecho trágico não tem comprovação histórica) nada tinha de nacionalista, mas foi sim fruto de uma crescente tensão

entre o monoteísmo fervoroso e messiânico dos hebreus e o politeísmo de seus vizinhos no período proselitista do judaísmo.

Com a queda do Segundo Templo e o exílio ocorre uma espécie de idealização e romantização de Jerusalém, porém, nunca como um local para se apossar ou conquistar, mas para peregrinar ou para passar seus últimos dias. Enquanto aguardavam o Messias e a Redenção, duas religiões mais novas e mais pragmáticas, o cristianismo e o islamismo, dominaram a Palestina *de facto*. A partir do século III começam a ocorrer as primeiras peregrinações cristãs a Jerusalém e a outras cidades mencionadas na Bíblia. Segundo o autor, tais peregrinações, ao contrário do que ocorre, por exemplo, no islamismo, não configuram pilares da fé, mas manifestações voluntárias e individuais que se revestiam de um caráter investigatório típico dos gregos e que se tornam moda entre pessoas cultas e de posses. Tornaram-se alvo de grande curiosidade na Europa os diários de viajantes que iam ver com seus próprios olhos cidades como Nazaré, Jericó, Belém e, obviamente, Jerusalém. Via de regra esses viajantes ignoravam sumariamente os nativos numa atitude bastante semelhante a que será adotada pelos orientistas do século XIX. O objetivo principal dessas viagens era comprovar a veracidade do texto canônico, no melhor estilo “...e a Bíblia tinha razão”. Para muitos desses viajantes a mera comprovação da existência física das cidades citadas nos textos bíblicos já era considerada uma “prova” da autenticidade de suas histórias. Essas peregrinações serão interrompidas com a conquista de Jerusalém pelos turcos,

que transformará as Cruzadas em, antes de mais nada, peregrinações armadas.

Com a retomada de Jerusalém por Saladino, a memória da cidade como centro espiritual cristão ficará adormecida até o surgimento de um fervoroso movimento de renovação espiritual que criticava a venda de indulgências e o estilo de vida nada monástico da alta cúpula do clero: a Reforma Protestante. Nas regiões alcançadas pela Reforma, a Bíblia substituiu o Papa como autoridade divina. No caso da Inglaterra, a identificação entre a nação que desafiava a Igreja, que havia se designado conquistadora de novas terras e que era intransigente na defesa de sua fé com os reis e juizes hebreus, sua obstinação e seu estado de guerra permanente, foi imediata e profunda. Crianças inglesas aprendiam sobre os feitos de Sansão antes de conhecer a história de seu país, e a Bíblia era vista como um compêndio de fatos históricos irrefutáveis. Em sua interpretação, e isso é crucial para que se compreenda a simpatia dos evangélicos por Israel nos dias atuais, o retorno dos judeus a Terra Prometida era condição *sine qua non* para o retorno de Jesus Cristo e, quando isso ocorresse, os judeus que sobrevivessem ao armagedon se converteriam ao cristianismo. Ou seja, paradoxalmente, a defesa absoluta que os neopentecostais nos Estados Unidos ou no Brasil fazem de Israel decorre de uma crença cujo resultado final será a extinção do judaísmo.

Durante a expansão do império britânico ainda era muito comum relacionar fatos históricos a profecias bíblicas e muitos se viam imbuídos do desejo de cooperar, digamos

assim, para que as profecias se realizassem. Eis que é criada então em 1809 a Associação Palestina, cujo objetivo era convencer judeus a voltarem para a “sua terra”. Lorde Shaftesbury, segundo Sand, pode ser considerado o Herzl anglicano e criador do famoso *slogan* “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Shaftesbury, no entanto, não aceitava a eleição de judeus para o Parlamento inglês nem acreditava que estes deveriam ter um Estado Próprio. O aristocrata acreditava que os judeus eram membros de uma raça (conceito comumente usado na época) ancestral e especial, que uma vez que aceitassem Jesus como seu salvador se tornariam parceiros dos britânicos. Embora a ideia de migração judaica em massa para a Palestina se tornasse popular no Parlamento, não podemos esquecer que aquela região na época tinha dono: o Império Turco-Otomano, “o Gigante Enfermo do Oriente” e que portanto, por mais que inúmeros levantes nacionalistas comprovariam a pouca autoridade que restara ao sultanato, a Inglaterra, aliada dos turcos, precisava convencer os otomanos da importância dessa leva imigratória para a economia do império.

Concomitantemente, a Grã-Bretanha tentava deter a onda migratória do leste europeu percebida pelo cidadão médio como maciçamente judaica, o que levou a uma onda de xenofobia na ilha. Nesse contexto, Theodor Herzl consegue uma audiência com Joseph Chamberlain, secretário colonial do Reino Unido. Procurando contornar a questão imigratória e fascinado com o empreendimento sionista, Chamberlain ofereceu como alternativa Uganda, Chipre ou a

Península do Sinai como locais de criação do futuro Estado. Apesar do fato de que só a criação de um lar nacional judaico ser levado a sério já fosse para Herzl uma vitória, convencê-los a migrar para Uganda seria ainda mais difícil que para a Palestina, já vista como um destino de apelo muito menor que Estados Unidos ou Europa Ocidental.

No início do século XX Lorde Balfour, que se torna um mito com a declaração emitida em 1917 que leva seu nome, assume o cargo de primeiro-ministro. Balfour ironicamente começa seu mandato restringindo a entrada de judeus na Inglaterra, vistos como um povo que não se integrava à sociedade. No entanto, dono de um sentimento cristão que via com gratidão as agruras que o “povo eleito” passou até a vinda de Jesus, procurou alternativas (bem longe de Londres) para que aquele povo especial pudesse desenvolver seu talento. A Declaração Balfour também tinha objetivos políticos: angariar a simpatia da influente comunidade judaica nos Estados Unidos para que esta pressionasse os Estados Unidos a entrarem na Primeira Guerra Mundial em auxílio dos ingleses, e por outro lado fazer com que os judeus russos pressionassem seu governo a fazer o oposto, ou seja, não deixar a guerra, apoiando franceses e britânicos em troca da criação do prometido lar nacional judaico.

A partir deste momento histórico a Palestina passa a ser uma via de escoamento dessa leva imigratória impedida de entrar nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e isso levaria aos primeiros enfrentamentos com a população árabe que vivia na tal “terra sem povo”.

No capítulo final do livro Sand reafirma a oposição judaísmo × sionismo e cita o rompimento entre o líder do Rabinato de Viena Moritz Guddermann com Herzl, pois o primeiro afirmava que o judaísmo nunca dependera de tempo ou lugar e que o nacionalismo em voga naquele *fin-de-siècle* contradizia o espírito universalista do judaísmo. A tese de Sand é que com o Holocausto o sionismo venceu o judaísmo e, com exceção dos ultraortodoxos, em maior ou menor grau, toda a comunidade judaica abraçou o sionismo. Assim, um movimento que visou o extermínio do povo judeu será a mola propulsora da concretização do sonho de Herzl mais de cinco décadas após a publicação de *O Estado judeu*.

No início do século XX a presença judaica na Palestina já se intensificava, com a criação dos primeiros *kibbutzim*, propriedades comunais fechadas a não judeus e com um senso coletivo bastante arraigado e exclusivista, que impedia a participação árabe, mesmo estes sendo mão de obra barata. Este sistema subsistirá até a Guerra dos Seis Dias em 1967, quando os assentamentos familiares financiados pelo governo substituirão os assentamentos comunais de influência socialista.

A criação de Israel levará à expulsão de cerca de 700 mil palestinos, numa política de limpeza étnica (há controvérsias sobre se foi premeditada ou se foi um resultado da guerra) que levou hoje os palestinos a formarem o maior grupo de refugiados do mundo. A historiografia sionista diz que as famílias árabes não foram expulsas, mas atenderam a um pedido dos líderes árabes invasores para que saíssem e voltasse após estes terem atra-

do os judeus ao mar. Essa versão hoje é desmentida por veteranos da guerra de 1948, que se dizem arrependidos pelos excessos cometidos, mas que confirmam a expulsão, embora tentem aliviar sua consciência com a justificativa de que sem a remoção dos árabes o Estado judeu seria inviável.

Ao fim da guerra Israel desobedece a resolução 194 da ONU que ordena o retorno dos refugiados, mas em 1950, um ano após o armistício com os árabes, aprova a Lei do Retorno, que concede cidadania a judeus do mundo todo dispostos a “retornar” à terra ancestral. Ou seja, se nega o direito dos vivos da atualidade e se celebra o direito a se “herdar” uma terra que na época pertencia aos romanos e que supostamente era propriedade legítima de pessoas mortas há mais de dois mil anos. No mesmo ano Israel desapropriou 40% de todas as terras árabes em seu território. Em 1967, na “guerra que ninguém queria” segundo Avi Shlaim, Israel captura Jerusalém, Colinas de Golá, Monte Sinai, Gaza e Cisjordânia. Conquistou, mas não poderia mais agir como antes. Sand lembra que uma nova expulsão em massa não seria facilmente aceita num mundo pós-colonial e Israel se viu ocupando militarmente mais de um milhão de árabes.

A ascensão da direita sionista, impulsionada pela “quase derrota” na Guerra do Yom Kippur, em 1973, levou a uma aceleração dos assentamentos nos territórios ocupados. Nem todos porém são sionistas fervorosos. Muitos compram terras como investimento, outros se beneficiam dos subsídios governamentais oferecidos para quem se habilita a viver na Cisjordânia. Suas casas são constru-

ídas por palestinos sob ocupação necessitados de emprego, e levaram, segundo o autor, a um adiamento de vinte anos na primeira revolta genuinamente palestina, a Intifada. A situação, que parecia controlada para quem não a acompanhava de perto, levou a um levante sem precedentes que culminou nos Acordos de Oslo de 1993, quando finalmente Israel e OLP se reconheceram mutuamente. De lá para cá todos os chanceleres de Israel só ofereceram aos palestinos viverem em bantustões cercados por assentamentos judaicos e controle militar israelense. Os dois lados se encontram cansados. A expansão ininterrupta cada vez mais inviabiliza a criação de um Estado Palestino e a ideia de um Estado Binacional se confronta com a identidade de um Estado judeu. A mitologia da Terra já não convence tantos israelenses e a rotina de humilhações decorrentes dos *checkpoints* e da demolição de casas leva

muitos palestinos a não crerem em solução diplomática. A situação e o crescente isolamento diplomático de Israel não parecem incomodar os últimos governos israelenses, que em média a cada três anos têm invadido Gaza para enfraquecer a infraestrutura do Hamas. Resta a Israel o apoio incondicional de seu *lobby* no congresso norte-americano, especialmente de congressistas evangélicos que veem Israel não como um Estado normal que deva responder perante seus atos a comunidade internacional, mas como um Estado sagrado no qual cada primeiro-ministro parece automaticamente imbuído da infalibilidade papal, estando acima de críticas simplesmente por se tratar do país do “povo eleito”. Enquanto tal mentalidade que dá a Israel carta branca para agir como quiser persistir, qualquer solução racional parecerá cada vez mais distante.